



Silveira e a Trant. Os franceses, em represália, assaltaram-lhe a casa onde barbaramente assassinaram um seu criado e confidente, a quem arrancaram a língua e o coração, julgando tratar-se do dono da casa. Saquearam a residência e deixaram-lhe como morta a mãe, que por ser já de idade se tinha mantido na casa de família. O seu apoio ao Exército Luso Britânico manifestou-se também no sustento em alimentação e dormida que facultava às tropas, que no trajecto da estrada real de Lisboa ao Porto passavam à porta de sua casa, no lugar das Airas. De igual modo frequentemente cedia bois e outras bestas de carga e carros para transportar os soldados enfermos.

Na sequência dos serviços prestados ao Príncipe regente durante a ocupação francesa, Bernardo submeteu, em 1810, um requerimento, como suplicante, solicitando a nomeação de coronel agregado do Regimento de Milícias de Vila da Feira (com patente de efectivo, caso o então titular do cargo tivesse impedimento ou se demitisse da função). Ao processo anexou diversos documentos que atestavam o testemunho abonatório de várias personalidades como Francisco Silveira, Nicolau Trant, Bernardim Freire de Andrade, Caetano José Vaz Parreiras, ou o Conde de Barbacena.

Desde o fim das invasões francesas até à revolta liberal de 16 de Maio de 1828, ocorrida no Porto e em Aveiro durante o reinado de D. Miguel, não foi possível apurar, em tempo útil, o percurso deste homem e como se ligou aos ideais do liberalismo. Sabe-se que continuou na vida militar até 1821, ano em que requereu às Cortes, na sequência da extinção das Ordenanças, uma sindicância sobre o seu "carácter e comportamento", enquanto oficial, cujo "emprego exercitou pelo espaço de vinte e quatro anos".

Pelo teor das acusações que como réu lhe foram imputadas pela Alçada, na sequência das provas obtidas pela devassa realizada em

Bernardo terá aderido ao movimento de rebelião e aceiteado o cargo de capitão-mor interino e vereador de Vila da Feira. Nessas funções teria colaborado com o chamado governador militar de Oliveira de Azeméis, António Barreto Pinto Feio, perseguindo os realistas.

Seria demasiado extenso para este artigo transcrever o libelo acusatório, mas perante as acusações o réu defendeu-se desculpando-se "d'aquella acceitação do despacho de capitão mór" com a apresentação de documentos que mostravam "que, sendo o capitão mais antigo impedido, lhe recaiu, como já de outra occasião lhe succedêra, o commando das ordenanças, em falta de capitão mór, e que efectivamente se escusou d'aquelle despacho; mas que, sendo repellida a escusa, por molestia, cedeu pela coacção e medo das circumstancias;". Contudo, tal não foi suficiente para lhe aliviar a pena.

Bernardo Francisco Pinheiro, capitão de Ordenanças, deu entrada nas cadeias da Relação em 6 de Agosto de 1828. "Veio preso da Feira. - Em 18 de Fevereiro de 1829 forão-lhe assignados 5 dias para dizer de facto, e Direito. - Em 9 de Abril sendo havido por exautorado, e privado de todas as honras, privilegios, e dignidades de que gozava, foi condemnado a que com baraço, e pregão fosse levado pelas Ruas publicas do Porto ao largo da Praça Nova, e na forca que na mesma se havia levantar morresse enforcado, e depois ser-lhe-hia cortada a cabeça, para se affixar n'um alto poste no lugar do delicto; foi mais condemnado na confiscação, e perdimento de todos os seus bens. - Em 4 de Maio foi-lhe intimada a sentença, e subio logo ao Oratorio. - Em 6 do mesmo forão-lhe despresados os 1.ºs e 2.ºs Embargos, e no dia 7 morreu enforcado, e se lhe cortou a cabeça, a qual o Algoz conduzio no dia 8 á Villa da Feira, como estava determinado."

Foi o 10º e último dos condenados a ser executado no dia 7 de Maio